

PROVAS REALIZADAS

Delegado de Polícia - 2003

São Paulo

Prova Preambular

Direito Penal

Assinale a alternativa correta.

01. É considerado criador da “Sociologia Criminal” e o maior nome da Escola Positiva. Estamos falando de

- a) Ferri.
- b) Beccaria.
- c) Carrara.
- d) Lombroso.

02. O erro, sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime,

- a) não exclui o dolo, permitindo a punição também por culpa.
- b) exclui o dolo mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei.
- c) não exclui o dolo, nem permite a punição por crime culposo.
- d) exclui o dolo, não permitindo a punição por crime culposo, mesmo se previsto em lei.

03. Extinta a punibilidade,

- a) não se poderá impor medida de segurança, mas subsistirá a que tenha sido imposta.
- b) poderá ser imposta medida de segurança superveniente.
- c) somente permanecerá a medida de segurança, se o réu for considerado perigoso.
- d) não se imporá medida de segurança, nem subsistirá a que eventualmente tenha sido imposta.

04. Prevê nossa legislação substantiva que

- a) a ocorrência de lesão corporal de natureza grave, na gestante, não é circunstância autorizadora de aumento de pena, no caso de aborto provocado por terceiro.
- b) a ocorrência de lesão corporal de natureza leve, na gestante, é circunstância autorizadora de aumento de pena, no caso de aborto provocado por terceiro.
- c) a ocorrência de lesão corporal de natureza grave, na gestante, é circunstância autorizadora de aumento de pena, no caso de aborto provocado por terceiro.
- d) a ocorrência de lesões leves ou graves na gestante será sempre circunstância irrelevante, para fins de aumento de pena, no caso de aborto praticado por terceiro.

05. De acordo com nossa legislação,

- a) nos casos de suicídio, havendo coação irresistível, deverá o fato ser tipificado como homicídio.
- b) para se caracterizar um infanticídio, não se faz mister a prova de que o feto tenha nascido com vida.
- c) em tese, o infanticídio pode ser culposo ou doloso, dependendo da conduta da mãe do nascente.
- d) poderão figurar como sujeito passivo do infanticídio o recém-nascido ou o feto abortado.

06. Quanto aos crimes contra a honra, podemos afirmar:

- a) não se pune a calúnia contra os mortos.
- b) se, antes da sentença, o querelado se retratar cabalmente da injúria proferida, ficará isento de pena.
- c) admite-se a exceção da verdade na difamação, se o ofendido for funcionário público e a ofensa for relativa a suas funções.
- d) as penas cominadas serão aumentadas de um terço, se o crime for praticado contra o Presidente da República ou contra o Governador de algum dos Estados brasileiros.

07. Quem exige, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que possa dar causa a procedimento criminal contra a vítima ou terceiro, pratica

- a) constrangimento ilegal.
- b) extorsão.
- c) abuso de incapaz.
- d) extorsão indireta.

08. De acordo com a legislação pátria,

- a) sempre que o autor de furto for primário, deverá sua conduta ser analisada como “furto privilegiado”.
- b) nos casos de furto de veículo automotor, o transporte deste para outro Estado é circunstância impositiva de pena mais grave.
- c) a extração de mineral em propriedade alheia, sem a competente autorização, não caracteriza o crime de furto.
- d) responderá por furto, quem subtrair coisa alheia para pagar-se ou ressarcir-se de prejuízos.

09. Funcionário público, sendo competente para responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo, não o fazendo, por indulgência, pratica

- a) condescendência criminosa.
- b) prevaricação.
- c) exploração de prestígio.
- d) corrupção passiva.

10. A solicitação de determinada importância em dinheiro, a pretexto de influir em testemunha, constitui

- a) patrocínio infiel.
- b) exploração de prestígio.
- c) advocacia administrativa.
- d) corrupção passiva.

11. A Lei n.º 4898/65 (Abuso de Autoridade)

- a) autoriza a comprovação pelo acusado ou pelo ofendido da existência de vestígios decorrentes da ação criminosa, por meio de duas testemunhas qualificadas.
- b) explicita que a citação do réu deverá ser feita por mandado sucinto, que não necessitará ser acompanhado da segunda via da representação ou da denúncia.
- c) não considera autoridade, quem exercer o cargo, emprego ou função pública, transitoriamente e sem remuneração.
- d) prevê ao infrator apenas sanção administrativa civil.

12. Nas ações tipificadas pela Lei n.º 9455/97 (Tortura), a pena será sempre agravada, de um sexto até um terço, dentre outros casos, se o crime for cometido contra

- a) criança, gestante, deficiente e idoso.
- b) criança, gestante, adolescente e idoso.
- c) criança, gestante, deficiente e adolescente.
- d) gestante, adolescente, deficiente e idoso.

13. Nos termos da Lei n.º 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente),

- a) consideram-se atos infracionais, apenas as condutas descritas como crime.
- b) a medida de internação poderá ser aplicada nos casos de descumprimento reiterado e injustificado de medida anteriormente imposta.
- c) não caberá internação por reiteração no cometimento de outras infrações graves.
- d) o Ministério Público não poderá conceder a remissão, antes de iniciado o procedimento judicial, como forma de exclusão do processo.

14. De acordo com o disposto na Lei n.º 9605/98 (Crimes contra o Meio Ambiente), podemos afirmar que

- a) será irrelevante a situação econômica do infrator, quando da imposição e gradação da penalidade consistente em multa.
- b) as penas restritivas de direitos são autônomas e sempre substituirão as privativas de liberdade.
- c) constitui contravenção o ato de pichar, grafitar ou por qualquer outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano.
- d) caberá multa diária, sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

15. Prevê a Lei n.º 9434/97 (Transplante e Doação de Órgãos),

- a) que a remoção, “post mortem” de tecidos, órgãos ou partes do corpo, de pessoa juridicamente incapaz, poderá ser efetuada, desde que precedida de autorização ou do pai ou da mãe, expressa ou tacitamente.
- b) a proibição de remoção “post mortem”, de tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoa não identificada.
- c) que a doação, uma vez autorizada, somente poderá ser revogada até quarenta e oito horas antes de sua concretização.
- d) a possibilidade de se efetuar transplante ou enxerto, sem o consentimento expresso do receptor, quando este for capaz.

16. A Lei n.º 9296/96 (Interceptação de Comunicações Telefônicas)

- a) autoriza a autoridade policial a inutilizar a gravação que não interessar a prova, comunicado o Ministério Público.
- b) não se aplica à interceptação do fluxo de comunicações, em sistemas de informática e telemática.
- c) admite a interceptação de comunicação telefônica, mesmo que não haja indícios suficientes da autoria ou participação na infração penal, desde que o crime investigado seja apenado com reclusão.
- d) exige que, já no pedido de interceptação de comunicação telefônica, sejam indicados os meios a serem empregados para sua consecução.

17. A Lei das Contravenções Penais

- a) não contempla como perigoso o indivíduo condenado por mendicância.
- b) veda a conversão da pena de multa em prisão simples.
- c) declara taxativamente não ser punida a tentativa de contravenção.
- d) aplica-se às contravenções praticadas por brasileiro, em outros países.

18. A Lei n.º 2252/54 (Corrupção de Menores), para fins de aplicação de pena,

- a) equipara a conduta de quem facilita a corrupção, com a de quem corrompe pessoa menor de dezoito anos, com ela praticando infração penal ou induzindo-a a praticá-la.
- b) distingue a conduta de quem corrompe com as de quem facilita a corrupção de pessoa menor de dezoito anos, indicando penas diversas a seus agentes.
- c) distingue a prática de infração penal da indução à prática da mesma, pelo menor de dezoito anos, indicando penas diversas a tais condutas.
- d) não prevê como crime a corrupção de pessoa menor de dezoito anos, se esta não praticar com o autor infração penal, em concurso de pessoas.

19. A Lei n.º 7210/84 (Lei de Execução Penal)

- a) determina que a Casa do Albergado destina-se apenas ao cumprimento de pena de limitação de fim de semana.
- b) explicita que a Penitenciária destina-se ao condenado à pena de reclusão em regime fechado ou semi-aberto.
- c) veda a construção de Cadeia Pública nas proximidades de centro urbano.
- d) prevê a computação do tempo remido, para a concessão de livramento condicional e indulto.

20. Prevê a Lei n.º 9437/97 (Institui o SINARM)

- a) que a aquisição, pelos demais Ministérios Militares, de armas de fogo de uso proibido ou restrito, deverá ser precedida de autorização do Ministério do Exército.
- b) a permissão de aquisição de arma de fogo aos maiores de dezoito anos.
- c) a possibilidade de convênio, entre os Estados limítrofes, para a recíproca validade dos portes estaduais, nos respectivos territórios.
- d) a obrigatoriedade do registro das armas de fogo, inclusive as consideradas obsoletas.

Direito Processual Penal

Assinale a alternativa incorreta (21 a 24).

21. Exige poderes especiais, quando assinado(a) por procurador,

- a) a petição de queixa ou representação.
- b) a renúncia e a aceitação do perdão, na ação de iniciativa privada.
- c) o requerimento do ofendido, solicitando a instauração de inquérito policial, em crime de ação penal pública incondicionada.
- d) a arguição de falsidade documental ou de suspeição do juiz.

22. No tocante à ação civil prevista na legislação adjetiva penal,

- a) o despacho de arquivamento do inquérito policial impede a propositura da ação civil.
- b) a decisão penal, que reconhece ter sido ato praticado em legítima defesa, faz coisa julgada no cível.
- c) a sentença absolutória, que reconhece a inexistência material do fato, impede a propositura da ação civil.
- d) o juiz da ação civil pode suspender o curso desta, até o julgamento definitivo da ação penal.

23. De acordo com nossa legislação,

- a) o laudo pericial deverá ser elaborado no prazo máximo de trinta dias, podendo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos.
- b) o não comparecimento do perito criminal, sem justa causa, poderá acarretar sua condução coercitiva.
- c) a prova testemunhal poderá suprir a falta de exame complementar de lesões corporais.
- d) nos exames de laboratório os peritos guardarão material suficiente, para a eventualidade de nova perícia.

24. O juiz, de ofício, poderá determinar

- a) a interceptação das comunicações telefônicas.
- b) a revogação do livramento condicional, ouvido o liberado.
- c) a decretação da prisão temporária.
- d) a decretação da prisão preventiva.

Assinale a alternativa correta (25 a 40).

25. No interrogatório do indiciado, o respectivo termo deverá

- a) necessariamente conter assinatura de seu defensor.
- b) ser assinado por duas testemunhas, que lhe tenham ouvido a leitura.
- c) necessariamente conter a assinatura do defensor, no auto de prisão em flagrante delito.
- d) ser assinado por duas testemunhas, que tenham assistido ao interrogatório.

26. Se o querelante subsidiário desistir da ação penal,
- o juiz declarará a extinção de punibilidade.
 - cabará ao Ministério Público o dever de retomar a titularidade.
 - considerar-se-á perempta a ação penal.
 - ocorrerá a hipótese da decadência.
27. Bens ou valores que constituam proveito auferido pelo réu, com a prática do fato criminoso,
- poderão ser restituídos se pertencerem ao lesado ou terceiro de boa fé.
 - em hipótese alguma serão restituídos.
 - poderão ser restituídos ao réu, após o cumprimento da pena.
 - poderão ser restituídos aos familiares do réu, se houver concordância do Ministério Público.
28. A comunicação, ao magistrado, da prisão em flagrante e a expedição da nota de culpa ao preso referem-se,
- ambas, a dispositivos do Código de Processo Penal.
 - ambas, a dispositivos constitucionais.
 - respectivamente, a determinações processual e constitucional.
 - respectivamente, a determinações constitucional e processual.
29. Em hipótese de extorsão mediante seqüestro, em que a vítima foi subtraída em Campinas, o resgate pago em Rio Claro e a prisão dos autores ocorrida em Itu, a competência será
- do juiz da comarca de Rio Claro.
 - do juiz da comarca de Campinas.
 - firmada pela prevenção.
 - do juiz da comarca de Itu.
30. Se a autoridade, por equívoco, tomar fiança insuficiente e, ao ser exigido o reforço, o afiançado não o fizer,
- ficará mantida a situação, responsabilizando-se a autoridade negligente.
 - a fiança ficará sem efeito e o réu deverá ser recolhido à prisão.
 - ficará mantida a situação, até final decisão absolutória ou condenatória.
 - a fiança subsistirá e, se o réu for condenado, pagará a diferença.
31. Após análise das assertivas indique a alternativa correta.
- A – A citação do militar será feita diretamente a ele, bem como ao chefe do respectivo serviço.
B – A notificação, para o réu funcionário público comparecer em juízo, será feita somente ao chefe de sua repartição.
- As duas assertivas são falsas.
 - As duas assertivas são verdadeiras.
 - A primeira é falsa e a segunda verdadeira.
 - A primeira é verdadeira e a segunda é falsa.

32. O juiz, ao prolatar a sentença, constata que na inicial o fato delituoso foi corretamente descrito porém, divergindo da capitulação legal, sentenciou com base em outro tipo penal. Em face dessa situação, ocorreu

- a) a hipótese de “mutatio libelli”.
- b) a nulidade absoluta da sentença.
- c) uma sentença “suicida”.
- d) a hipótese de “emendatio libelli”.

33. Tício provocou aborto consentido em Júnia. Na sessão de julgamento do Júri, Tício não compareceu, com justa causa. Desse modo

- a) o julgamento será feito a sua revelia.
- b) obrigatoriamente, será decretada sua prisão preventiva.
- c) o julgamento será adiado para a sessão periódica seguinte.
- d) Tício será conduzido coercitivamente ao Tribunal do Júri, para ser julgado no mesmo dia.

34. No processo por crime de responsabilidade de funcionário público, sendo o crime afiançável, se o acusado se achar fora da jurisdição do juiz, para apresentação da resposta preliminar, o juiz criminal

- a) expedirá carta precatória, para a notificação.
- b) receberá a denúncia, independentemente da resposta.
- c) determinará expedição de edital, para notificação do acusado.
- d) nomeará defensor dativo, para apresentar resposta preliminar.

35. O acusado que, não sendo pobre, tiver defensor dativo nomeado pelo juiz,

- a) não estará obrigado a pagar honorários, em face do imperativo constitucional da ampla defesa.
- b) não estará obrigado a pagar honorários, pois o Estado é responsável pelo pagamento dos dativos.
- c) será obrigado a pagar honorários, que serão arbitrados pelo juiz.
- d) pagará o valor que entender razoável.

36. Em matéria de prisão especial, a legislação prevê alojamento

- a) coletivo, abrangendo, entre outros, os guardas-civis.
- b) individual, abrangendo, entre outros, os militares dos Estados.
- c) individual, abrangendo, entre outros, os ministros de confissão religiosa.
- d) coletivo, abrangendo, entre outros, os funcionários municipais.

37. Em relação ao processo, se o “habeas corpus” for concedido por reconhecimento de nulidade,

- a) o processo só prosseguirá, se a decisão judicial expressamente o determinar.
- b) fica vedada a instauração de nova ação penal.
- c) nosso legislador se omitiu sobre a hipótese legal.
- d) o processo será renovado.

38. O prazo para encerramento da instrução criminal, quando o réu estiver preso, na lei de repressão ao crime organizado,

- a) é fixado em oitenta e nove dias.
- b) é fixado em oitenta e um dias.
- c) é fixado em cento e vinte dias.
- d) não está fixado, ficando a critério do juiz.

39. São insuscetíveis de fiança, anistia, graça e indulto,
- a) o latrocínio, a prática de tortura e o atentado ao pudor mediante fraude.
 - b) o estupro, o terrorismo e a corrupção de menores.
 - c) o genocídio, a extorsão qualificada pela morte e a falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios.
 - d) o atentado violento ao pudor, a epidemia com resultado morte e o tráfico ilícito de entorpecentes.
40. A Lei dos Juizados Especiais Criminais, no tocante à competência, adotou
- a) a teoria do resultado, o lugar onde se consumou a infração.
 - b) a teoria da ubiqüidade, podendo ser tanto o lugar da ação ou omissão quanto o do resultado.
 - c) a teoria da livre escolha das partes.
 - d) a teoria do domicílio da vítima.

Constitucional

41. Segundo a doutrina, a idéia de desconstitucionalização consiste
- a) na possibilidade de recepção de dispositivo da Constituição anterior, pela nova ordem constitucional, como legislação ordinária.
 - b) na restauração da eficácia de normas já revogadas por Constituição anterior.
 - c) no acolhimento, pela nova Constituição, de leis e atos normativos preexistentes, desde que com ela compatíveis.
 - d) em processos legislativos especiais, estabelecidos para a elaboração de emendas à Constituição.
42. Foram promulgadas por Assembléia Nacional Constituinte as Constituições de:
- a) 1824, 1934, 1967 e 1988.
 - b) 1824, 1891, 1934 e 1988.
 - c) 1891, 1934, 1946 e 1988.
 - d) 1891, 1946, 1967 e 1988.
43. O cancelamento de naturalização pela prática de atividade nociva ao interesse nacional será feito por
- a) lei ordinária.
 - b) decreto do Presidente da República.
 - c) portaria do Presidente da República.
 - d) sentença judicial.

44. Constitui um dos fundamentos da República Federativa do Brasil

- a) o pluralismo político.
- b) a defesa da paz.
- c) a igualdade entre os Estados.
- d) a prevalência dos direitos humanos.

45. Sobre o processo legislativo, é correto afirmar

- a) o veto do Presidente da República a projeto de lei poderá ser rejeitado pela maioria absoluta dos Senadores, em escrutínio secreto.
- b) as medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.
- c) o veto parcial poderá atingir parte de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.
- d) as leis delegadas serão elaboradas pelo Congresso Nacional após delegação do Presidente da República.

46. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

- a) trânsito e transporte.
- b) desapropriação.
- c) comércio exterior e interestadual.
- d) procedimentos em matéria processual.

47. Cabe ao Congresso Nacional, com a indispensável sanção do Presidente da República,

- a) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
- b) apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- c) dispor sobre a concessão de anistia.
- d) autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.

48. Indique os princípios consagrados no inciso XXXIX do artigo 5º da Constituição Federal “Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia comunicação legal”.

- a) Princípios da reserva legal e da anterioridade.
- b) Princípios da legalidade e do acesso à Justiça.
- c) Princípios da legalidade e da reserva legal.
- d) Princípios da legalidade e do devido processo legal.

49. Sobre as atividades nucleares é incorreto afirmar:

- a) dependem da aprovação do Congresso Nacional para sua admissão em território brasileiro.
- b) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa.
- c) a competência para legislar sobre a matéria é privativa da União.
- d) excepcionalmente, em caso de guerra, será admitida sua aplicação para fins de defesa do território brasileiro, condicionada à aprovação do Congresso Nacional.

50. Sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, é correto afirmar:

- a) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil não pode propor ação direta de inconstitucionalidade.
- b) por ocasião da apreciação pelo STF, em tese, de lei ou ato normativo federal, será previamente citado o Advogado-Geral da União, para defender o texto ou o ato impugnado.
- c) a ação declaratória de constitucionalidade poderá ser proposta apenas pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados ou pela Mesa da Assembléia Legislativa.
- d) o controle repressivo de constitucionalidade é feito por órgãos políticos para eliminar norma inconstitucional do sistema jurídico.

51. As comissões parlamentares de inquérito serão criadas

- a) pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente.
- b) pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal.
- c) pelo Presidente da República, pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal.
- d) pelo Presidente da República ou, em conjunto, pela Câmara dos Deputados e Senado Federal.

52. Segundo a Constituição do Estado de São Paulo, o Delegado Geral de Polícia

- a) será indicado pelo Governador do Estado, através da lista tríplice ofertada pelo Conselho Superior da Polícia.
- b) poderá ser novamente indicado por um único período subsequente.
- c) deverá fazer declaração pública de seus bens no ato da posse e de sua exoneração.
- d) nomeará os integrantes do Conselho Superior da Polícia.

Direitos Humanos

53. Com relação aos direitos e garantias individuais inscritos na Constituição Federal é correto afirmar:

- a) é vedada, em qualquer situação, a existência da pena de morte.
- b) é assegurada assistência aos filhos dos trabalhadores urbanos e rurais, até os 7 anos de idade em creches e pré-escolas.
- c) é assegurada a prestação de assistência religiosa nas entidades de internação coletiva, nos termos da lei.
- d) é livre a criação de associações para fins lícitos vedada, em qualquer hipótese, sua dissolução compulsória .

54. A prevalência dos direitos humanos constitui um dos

- a) princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.
- b) objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- c) objetivos derivados da República Federativa do Brasil.
- d) objetivos fundamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

55. Resolução proclamada pela Assembléia Geral da ONU contém trinta artigos, precedidos de um Preâmbulo, com sete considerandos, na qual se assegura o princípio da indivisibilidade dos direitos humanos.

O texto acima se refere à

- a) Carta das Nações Unidas.
- b) Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- c) Declaração Americana dos Direitos Humanos.
- d) Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

56. Complete:

A Convenção sobre Direitos da Criança considera como criança todo ser humano com idade inferior a _____, a não ser quando por lei de seu país a maioridade for determinada com idade mais baixa.

- a) 12 anos.
- b) 14 anos.
- c) 16 anos.
- d) 18 anos .

57. Assinale a alternativa que não se encontra explicitada no texto da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

- a) Toda pessoa tem direito a um prenome.
- b) O direito à vida deve ser protegido por lei e, em geral, desde o nascimento.
- c) Os menores, quando puderem ser processados, devem ser separados dos adultos e conduzidos a tribunal especializado.
- d) Toda pessoa tem direito à liberdade e à segurança pessoal.

58. Indique qual destes instrumentos prevê, em seu artigo 4º, a aplicação de medidas especiais de ação afirmativa, de caráter temporário, destinadas a acelerar a igualdade entre os indivíduos, buscando superar injustiças cometidas no passado contra as mulheres

- a) Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- b) Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
- c) Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher.
- d) Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

59. Estabelece a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos como meios de proteção e órgãos competentes “para conhecer dos assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados-partes nesta Convenção” a

- a) Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
- b) Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura.
- c) Carta das Nações Unidas.
- d) Declaração Universal dos Direitos Humanos.

60. Assinale o documento que não se relaciona aos antecedentes formais das declarações de direitos.

- a) Magna Carta (1215).
- b) “Petition of Rights” (1628).
- c) “Habeas Corpus Act” (1679).
- d) “Chart of Liberties” (1732).

61. No Brasil, o “Habeas Corpus” foi inicialmente explicitado como norma constitucional pela

- a) Constituição de 1824.
- b) Constituição de 1891.
- c) Emenda Constitucional de 1926.
- d) Constituição de 1934.

62. O princípio da igualdade perante a lei é mencionado

- a) somente pela Constituição Federal.
- b) pela Constituição Federal e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- c) pela Constituição Federal e pela Convenção Americana de Direitos Humanos.
- d) pela Constituição Federal, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Convenção Americana dos Direitos Humanos.

63. O direito de indenização à pessoa condenada por erro judiciário é mencionado

- a) somente pela Constituição Federal.
- b) pela Constituição Federal e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- c) pela Constituição Federal e pela Convenção Americana de Direitos Humanos.
- d) pela Constituição Federal, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Convenção Americana dos Direitos Humanos.

64. O direito à presunção de inocência é mencionado

- a) somente pela Constituição Federal.
- b) pela Constituição Federal e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- c) pela Constituição Federal e pela Convenção Americana de Direitos Humanos.
- d) pela Constituição Federal, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Convenção Americana dos Direitos Humanos.

Direito Administrativo

65. O atributo do ato administrativo que representa uma garantia para o administrado, pois impede que a Administração pratique atos dotados de imperatividade e excoutoriedade, vinculando unilateralmente o particular, sem que haja previsão legal é a

- a) finalidade.
- b) tipicidade.
- c) coercibilidade.
- d) presunção de veracidade.

66. O processo administrativo disciplinar instaurado em desfavor de Delegado de Polícia só poderá ser sobrestado para aguardar o desfecho de processo-crime correlato por despacho motivado do

- a) Governador.
- b) Secretário da Segurança.
- c) Delegado Geral de Polícia.
- d) Delegado Diretor da Corregedoria Geral.

67. O servidor público estável poderá

- a) perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou a unidade administrativa objeto da redução de pessoal, sem direito a qualquer indenização.
- b) ser exonerado “ad nutum”.
- c) perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou a unidade administrativa objeto da redução de pessoal, fazendo jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
- d) ser dispensado após vinte e cinco anos de efetivo exercício, fazendo jus a um mês de remuneração.

68. O pregão, modalidade de licitação, é usado para

- a) aquisição de bens e serviços comuns.
- b) venda de bens móveis inservíveis para a Administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados.
- c) alienação de bens móveis.
- d) escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.

69. Pode-se conceituar afetação como sendo

- a) o fato administrativo pelo qual um bem público é desativado, deixando de servir à finalidade pública anterior.
- b) o fato administrativo pelo qual se atribui ao bem público uma destinação pública especial de interesse direto ou indireto da Administração.
- c) o fato ou a manifestação do poder público mediante o qual o bem jurídico é subtraído à dominialidade estatal para incorporar-se ao domínio privado do Estado ou do particular.
- d) a forma pela qual a propriedade pública fica desonerada da finalidade privada na qual vinha sendo utilizada.

70. Ação ou omissão da Administração Pública que incidindo direta e especificamente sobre o contrato administrativo, retardando, agravando ou impedindo a sua execução é

- a) fato do príncipe.
- b) fato da administração.
- c) caso fortuito.
- d) força maior.

71. O poder de polícia

- a) só pode ser exercido para reprimir aqueles que perturbam a ordem pública.
- b) dá respaldo legal à prisão em flagrante de criminosos.
- c) é exclusivo das instituições policiais.
- d) consiste na atividade da administração pública de limitar ou disciplinar direito, interesse ou liberdade.

72. O Delegado de Polícia poderá ser removido de um para outro município

- a) a pedido de seu superior hierárquico.
- b) no interesse do serviço policial.
- c) no interesse do serviço policial, com a aprovação de dois terços do Conselho da Polícia Civil.
- d) por meio de ato administrativo simples editado pelo Delegado Geral, a requerimento do Ministério Público.

73. Recurso que se fundamenta no vínculo entre o órgão central e o ente autárquico é

- a) recurso hierárquico próprio.
- b) pedido de reconsideração.
- c) recurso orgânico.
- d) recurso de tutela.

74. Retorno à atividade de servidor público aposentado denomina-se

- a) reversão.
- b) readmissão.
- c) recondução.
- d) aproveitamento.

75. O direito real de gozo, de natureza pública, instituído sobre imóvel de propriedade alheia, com base em lei, por entidade pública ou por seus delegados, em favor de um serviço público ou de um bem afetado a fim de utilidade pública recebe o nome de

- a) desapropriação.
- b) requisição.
- c) ocupação temporária.
- d) servidão administrativa.

76. O afastamento do policial civil no curso de sindicância ou processo administrativo disciplinar

- a) é imperativo legal, seja qual for a infração cometida.
- b) não tem amparo legal.
- c) só é possível quando o recomendar a moralidade administrativa ou a repercussão do fato.
- d) é necessário se o acusado for reincidente.

Direito Civil

Assinale a alternativa correta.

77. Com relação às pessoas naturais, é correto afirmar que

- a) os menores de dezoito anos são absolutamente incapazes, para exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- b) os pródigos, assim como os viciados em tóxicos, são absolutamente incapazes, para exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- c) aqueles que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade, são considerados incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer.
- d) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, são considerados incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer.

78. O preso terá por domicílio necessário

- a) o lugar onde estabeleceu sua residência com ânimo definitivo.
- b) o lugar onde seus familiares possam ser encontrados.
- c) o lugar em que cumprir a sentença.
- d) a sede do Juízo da Execução Penal.

79. Consoante dispõe o vigente Código Civil,

- a) os direitos pessoais de caráter patrimonial e as respectivas ações constituem bens imóveis.
- b) classificam-se como úteis as benfeitorias que tenham por fim conservar o bem ou evitar que ele se deteriore.
- c) considera-se acessório o bem cuja existência suponha a do principal.
- d) constituem bem móveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, mas destinados a nele se reempregarem.

80. Causa a anulabilidade do negócio jurídico o vício resultante de

- a) coação, que deverá ser suficiente para incutir ao paciente qualquer temor de dano, dirigido a sua pessoa, sua família, ou aos seus bens.
- b) dolo, mesmo se acidental.
- c) erro acerca da identidade ou de qualidade essencial da pessoa a quem se refira à declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de modo relevante.
- d) simulação, cuja ocorrência sempre se verificará quando os instrumentos particulares forem antedatados ou pós-datados.

81. De acordo com o que dispõe o Código Civil,

- a) os cientistas e os artistas em hipótese alguma poderão ser considerados empresários.
- b) a atividade desenvolvida pelo empresário sempre se caracteriza pela habitualidade e pela busca organizada de resultados econômicos.
- c) a atividade de empresário exige daquele que a exerce apenas que se encontre em pleno gozo da capacidade civil.
- d) os incapazes jamais poderão ser considerados empresários.

82. A propriedade

- a) móvel será adquirida pelo assenhoreamento de coisa sem dono, desde que essa ocupação não seja proibida por lei.
- b) trata-se de direito constitucional individual, não podendo o seu exercício ser de forma alguma limitado.
- c) de área urbana, até duzentos e cinquenta metros quadrados, será adquirida por aquele que a possuir por cinco anos ininterruptos, independentemente de qualquer outra condição.
- d) do solo abrange a do espaço aéreo e do subsolo, incluindo as suas jazidas, minas e demais recursos minerais.

83. O direito real, que permite ao beneficiário ocupar, gratuitamente, com sua família, casa alheia, denomina-se

- a) uso.
- b) habitação.
- c) empréstimo.
- d) usufruto.

84. É equivocado afirmar que na sociedade

- a) em comandita simples, tomam parte sócios de duas categorias, sendo os comanditários obrigados somente pelo valor de sua quota.
- b) em nome coletivo, integrada apenas por pessoas físicas, todos os sócios respondem, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais.
- c) limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente, pela integralização do capital social.
- d) cooperativa, a responsabilidade dos sócios será sempre ilimitada, respondendo cada um solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.

85. Estão impedidos de casar

- a) os afins em linha reta.
- b) o cônjuge adúltero com seu parceiro.
- c) aqueles que juraram voto de celibato.
- d) as mulheres menores de dezesseis anos e os homens menores de dezoito anos.

86. Não podem ser tutores e serão exonerados da tutela, caso a exerçam,

- a) aqueles que tiverem sob sua autoridade mais de três filhos.
- b) os condenados por crimes - dentre outros - de furto, roubo ou estelionato.
- c) aqueles que habitarem longe do lugar onde se deva exercer a tutela.
- d) aqueles que já exercerem tutela ou curatela.

87. Não se trata de direito real

- a) a propriedade.
- b) o usufruto.
- c) a superfície.
- d) a enfiteuse.

88. A prescrição, que alude à extinção da pretensão de um direito material, por seu não exercício no prazo legal,

- a) poderá ser alegada, em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
- b) será sempre interrompida, por qualquer ato judicial.
- c) não correrá contra as pessoas jurídicas de direito público interno.
- d) ocorrerá em vinte anos, quando a lei não lhe tenha fixado prazo menor.

Medicina Legal

89. O médico-legista pode deduzir que o tiro foi disparado com a boca do cano da arma encostada ou apoiada na cabeça da vítima ao observar

- a) hematoma subcutâneo.
- b) zona de esfumaçamento sobre a pele.
- c) esfumaçamento na superfície óssea.
- d) zona de tatuagem sobre o couro cabeludo.

90. A cianose, presente nas asfixias mecânicas, resulta

- a) do aumento da concentração sangüínea de gás carbônico combinado com a hemoglobina.
- b) da ausência de oxigênio na circulação sangüínea.
- c) da drástica diminuição da circulação sangüínea na cabeça.
- d) da congestão facial.

91. Em casos de eletrocussão não é raro observar-se intensa cianose no cadáver. Nestes casos pode-se deduzir que a morte foi provocada por

- a) parada cardíaca imediata, por ação da eletricidade.
- b) asfixia mecânica por sufocação indireta.
- c) paralisação do tronco encefálico (bulbo), por ação da eletricidade.
- d) por alteração química do sangue, por ação direta da eletricidade.

92. A substância química, quando ingerida, provoca uma certa euforia, aumenta a autoconfiança, elimina as sensações de fadiga, sono, fome e sede. Deduz-se que ela é uma droga

- a) psicodinâmica.
- b) psicoléptica.
- c) psicoanaléptica.
- d) psicodisléptica.

93. São fenômenos abióticos consecutivos

- a) a insensibilidade, a imobilidade e a rigidez cadavéricas.
- b) a imobilidade, a rigidez e o espasmo cadavéricos.
- c) a parada circulatória, a hipóstase e o resfriamento cadavérico.
- d) o resfriamento, a dessecação e a rigidez cadavéricos.

94. As ausências de espermatozoides na vagina e no canal anal

- a) afastam definitivamente as ocorrências de conjunção carnal e de coito anal.
- b) afastam definitivamente a ocorrência de conjunção carnal, mas não a de coito anal.
- c) afastam definitivamente a ocorrência de coito anal, mas não a de conjunção carnal.
- d) não afastam definitivamente as ocorrências de conjunção carnal e de coito anal.

95. Examinando diretamente a polpa digital do polegar direito de uma pessoa, um papiloscopista verificou que sua impressão digital seria classificada como presilha interna, pelo sistema de Vucetich. No caso, as linhas que desenhariam a(s) figura(s) do delta estavam

- a) presentes à esquerda do examinador
- b) presentes à direita do examinador.
- c) ausentes.
- d) presentes à direita e à esquerda do examinador.

96. Preconiza o art. 162 do CPP que “a autópsia será feita pelo menos 6 (seis) horas depois do óbito...” Tal preceito tem fundamento na Medicina Legal, pois, a contar do momento da morte,

- a) somente após 6 horas os fenômenos abióticos imediatos se completam.
- b) somente após 6 horas os fenômenos abióticos imediatos atingem a intensidade máxima.
- c) após 6 horas os fenômenos abióticos consecutivos habitualmente estão bem evidentes.
- d) ao redor de 6 horas depois, costuma aparecer a mancha verde abdominal.

97. O sulco cervical típico, encontrado no cadáver de vítima de enforcamento por suspensão completa é, habitualmente,

- a) horizontal, interrompido e de profundidade desigual.
- b) oblíquo, interrompido e de profundidade desigual.
- c) horizontal, contínuo e de profundidade uniforme.
- d) oblíquo, contínuo e de profundidade uniforme.

98. A embriaguez patológica se caracteriza pela

- a) dependência física ao álcool por uso imoderado e freqüente.
- b) desproporção entre a intensidade da embriaguez e a quantidade de álcool ingerida.
- c) grande tolerância ao álcool por uso habitual.
- d) ocorrência de demência por embriaguez crônica.

99. Observando o espectro equimótico, o médico-legista pode avaliar

- a) o tempo de evolução da equimose.
- b) os limites da equimose.
- c) a intensidade da equimose.
- d) a extensão da equimose.

100. São sintomas comuns que integram uma síndrome psicopática (manifestação de personalidade psicopática)

- a) excitação afetiva com instabilidade emocional, fuga de idéias e atos desordenados.
- b) afetividade embotada em que a ideação e a afetividade mostram-se dissociadas e perda de contato com a realidade.
- c) manifestação de intensa angústia com um comportamento de inadaptação à realidade, incapacidade de desviar o interesse de si mesmo e sensação de insuficiência afetiva e sexual.
- d) egocentrismo patológico, falta de remorso ou vergonha, pobreza geral nas relações afetivas e incapacidade de seguir um plano de vida.

Gabarito

01.A	02.B	03.D	04.C	05.A	06.C	07.D	08.B	09.A	10.B
11.A	12.C	13.B	14.D	15.B	16.D	17.C	18.A	19.D	20.C
21.C	22.A	23.A	24.C	25.B	26.B	27.A	28.D	29.C	30.B
31.A	32.D	33.C	34.D	35.C	36.A	37.D	38.B	39.D	40.B
41.A	42.C	43.D	44.A	45.B	46.D	47.C	48.A	49.D	50.B
51.A	52.C	53.C	54.A	55.B	56.D	57.B	58.C	59.A	60.D
61.B	62.D	63.C	64.D	65.B	66.A	67.C	68.A	69.B	70.B
71.D	72.C	73.D	74.A	75.D	76.C	77.D	78.C	79.C	80.C
81.B	82.A	83.B	84.D	85.A	86.B	87.D	88.A	89.C	90.A
91.B	92.C	93.D	94.D	95.A	96.C	97.B	98.B	99.A	100.D